

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

10



ficha técnica

Título

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº10, dezembro de 2015

Edição

edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Direção

Álvaro Monteiro (Diretor da Faculdade de Ciência
e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa)

Conselho de Redação

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Coordenação Científica

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Conselho Científico

Antonella Violano (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"
della Seconda Università degli Studi di Napoli)
Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Clovis Ultramari (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)
Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FRUP/FEUP)
João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Luís Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Paulo Castro Seixas (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)
Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture
and Urban Planning of Riga Technical University)
Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade
de Arquitectura da Universidade do Porto)

Composição

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



Fig. 1. Capela da Casa do Espírito Santo

Fonte: Autor

A Capela da Casa do Espírito Santo em Miomães. Um património arquitectónico a valorizar e preservar*

The chapel of the house of Espírito Santo (Holy Spirit) in Miomães. An architectural heritage to be valued and preserved

Manuel da Cerveira Pinto, ARQUITECTO

Mestre assistente, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Doutorando na Universidade de Valladolid

cerveira@ufp.edu.pt

RESUMO

"A Capela da Casa do Espírito Santo em Miomães" é um pequeno ensaio sobre as características únicas de um notável (e raro) património arquitectónico, que estabelece novas perspectivas sobre a sua origem e que urge valorizar e preservar.

PALAVRAS-CHAVE

História da arquitectura, arquitectura, identidade, reabilitação, património

ABSTRACT

"The Casa do Espírito Santo chapel in Miomães" is a small essay about the unique characteristics of a splendidous (and rare) architectonic heritage that needs urgently to be rehabilitated and preserved.

KEYWORDS

History of architecture, architecture, identity, rehabilitation, heritage

1. INTRODUÇÃO

Escreveramos sobre este pequeno templo a primeira vez em 2003, num pequeno artigo que integrava a nossa dissertação de mestrado, a propósito dos vestígios do património árabe/islâmico na região de Lamego, que supomos seja também o primeiro escrito de cariz académico sobre esta interessante edificação.

Desde logo nos chamou a atenção a configuração do edifício, muito pouco usual no norte do país, para não dizer mesmo única, já que detém planta redonda e cúpula semi-esférica, tipologia característica das “cubas” e “morábitos” existentes mais a sul do país, sobretudo no Alentejo e Algarve.

Dizia esse primeiro apontamento o seguinte:

“A “cuba” de Miomães

Um périplo por terras de Resende, aquando de uma das visitas ao Mosteiro de Cárquere, através de estradas recentes e menos conhecidas levou-nos à passagem por Miomães. A singularidade da edificação, adossada a um edifício de autêntica arquitectura tradicional, prendeu-nos de imediato a atenção, pois não é nada usual depreendermo-nos com uma igreja redonda e de cobertura em abóbada, nesta região

Por momentos pensamos estar no sul, pois a construção assemelha-se a alguns oratórios, cubas ou morábitos existentes no Alentejo, como o de Galveias, o de Brotas, ou mesmo o da igreja de Santana em Peniche¹.

A adaptação destas estruturas a capela de casas senhoriais, ou mesmo a igrejas, foi bastante frequente, sobretudo no Alentejo e sul de Portugal e acabou também por influenciar alguns tipos de construção.

A casa terá sido edificada no século XVII, porém a capela evidencia ser pré-existente e a casa é que lhe terá sido adossada.

Será ainda de notar que os oratórios ou cubas de planta redonda são mesmo os mais raros e invulgares, o que acaba por nos fazer pensar que, mesmo que o exemplo em ques-

tão, não se trate de um monumento da época árabe, a influência da sua cultura na região teria que ser grande, para se fazer sentir de forma não só a serem adaptados modelos invulgares no norte da península como, inclusive, os genericamente menos utilizados.” (Pinto, 2005, p.87)

Por nos parecer de grande importância, e atendendo aos novos elementos entretanto descobertos, torna-se pertinente uma análise mais cuidada sobre esta singular construção.

2. O EDIFÍCIO

A casa do Espírito Santo aparenta ser um edifício de finais do século XVII, inícios do século XVIII, de planta rectangular, paredes de alvenaria de granito bem aparelhado, a formar molduras sobressalientes nas portas e janelas, integrante do tipo de construção a que usualmente designou chamar-se arquitectura chã ou plana, a qual se encontra bastante difundida por todo o território nacional nesta época.

Geralmente este tipo de edifícios era rebocado e caiado, ficando salientes as molduras dos vãos em granito aparente a contrastar com o reboco liso caiado. Neste caso o reboco não existe, dando inclusive a sensação de nunca ter sido aplicado, uma vez que não conseguimos detectar vestígios do mesmo. No entanto, a construção tem toda a aparência de estar concebida para ser rebocada.

A cobertura apresenta telhado de quatro águas, em telha “de canudo” dita romana ou árabe, formando beiral assente sobre a cornija. A edificação, embora de dimensões modestas, integra-se bem nas tipologias das casas senhoriais existentes na região. Os elementos mais importantes da sua construção são, para além da própria capela, um pequeno escadório e patamar que recebem a entrada na fachada sul e, sobretudo, a configuração do próprio edifício, de concepção rectangular e perfeitamente simétrica.

O alçado poente é o que integra a capela, a qual se encontra perfeitamente centralizada, reforçando assim a simetria de todo o conjunto, funcionando, inclusive como charneira e referencial para a própria composição e distribuição das aberturas.



Fig. 2. Fachada poente da Casa do Espírito Santo e respectiva capela

Fonte: Autor

O edifício é constituído por dois pisos, sendo que o inferior seria para funções de serviço, as quais nestes edifícios era usual destinarem-se a arrecadações, cavalariças, adegas, etc., mas que não foi possível descortinar uma vez que, infelizmente, não nos foi possível aceder ao seu interior. Estas divisões seriam acessíveis através das duas portas (ambas de duas folhas) existentes nesta fachada, às quais se sobrepõem, perfeitamente alinhadas, as janelas do piso superior.

No piso superior, deveriam assim, localizar-se todas as divisões destinadas à habitação propriamente dita, nomeadamente cozinha, sala e quartos. No entanto, e uma vez que não foi possível visitar o seu interior, permanecem bastantes dúvidas, nomeadamente quanto à localização da cozinha (uma vez que não é perceptível qualquer chaminé no exterior) e se há escadas interiores a ligar ambos os pisos.

A capela do Espírito Santo, tal como foi referido, encontra-se integrada na construção, a qual detém essa mesma designação. Trata-se de um edifício antigo, muito invulgar, de planta redonda e configuração cilíndrica, sendo a cobertu-



Fig. 3. Pormenor da fachada da Capela com inserção do brasão

Fonte: Autor

ra em cúpula de meia esfera, supomos que executada em pedra, aspecto este que seria interessante (e importante) verificar.

A capela do Espírito Santo encontra-se referida em documentos antigos e segundo Manuel Gonçalves da Costa a mesma "apresentou contas ao visitador em 1699, e o povo obrigou-se a fabricá-la, mediante escritura registada na câmara eclesiástica aos 8 de Abril de 1713" [Costa, 1984, p.356].

Ainda segundo este mesmo autor,

"[...] a capela da invocação do Espírito Santo deveu a sua instituição a António Pereira Pinto, natural de Vigião, Freigil, capitão-geral e governador da fortaleza de Amboíno, que nela estabeleceu duas missas de obrigação, às quintas-feiras e aos sábados. A escritura das terras vinculadas foi registada na câmara por Francisco Monteiro Rebelo, aos 19 de Maio de 1688. O primeiro administrador, Lic. Luís Pereira Pacheco, estabeleceu um cruzado de propina para os visitantes. Em 1726, estava encarregado da administração o abade de S. Cipriano, P.e António Pereira Pinto.

Este vínculo fora instituído em forma de morgado encabeçado na própria capela do Espírito Santo que António Pereira mandara fazer «à romana», decorada com as armas dos Pereiras Pintos sobre o portal. Obrara notáveis proezas nos mares do Oriente e foi graças aos seus serviços que o cunhado, Rui Teixeira de Macedo, obteve na corte o foro de fidalgo da casa real." [Costa, 1984, p.358].



Fig. 4. Aspecto do brasão inserido na fachada da capela

Fonte: Autor

O edifício, na sua configuração actual detém na frontaria, a ladear o óculo central que se sobrepõe ao portal, uma inscrição – à esquerda e o brasão da família – à direita. A inscrição pode transcrever-se da seguinte forma: "Esta capela / mandou fazer / António Pereira / Pinto capitão que / foi de Amboíno. / Ano de 1676".

O brasão, quadripartido, ou esquartelado, ostenta as armas de Pintos, Pereiras, Pachecos e (aparentemente) Padilhas.

Assim, se por um lado a casa parece integrar perfeitamente a arquitectura da época, já o mesmo se não pode afirmar desta parte do edifício. Embora o tratamento seja o usual à época, nomeadamente nas molduras que debruam os vãos e o reboco caiado que contrasta com estes elementos, já a sua configuração nada detém que seja conforme às construções desse período.

De facto, a sua concepção arquitectónica, de planta perfeitamente redonda, integrada num outro de planta rectangular não é comum em edifícios desta época, na realidade até nem conhecemos outro edifício que se lhe assemelhe e não cremos estar em presença de uma arquitectura assim tão original. O mesmo acontece relativamente à cobertura de forma semi-esférica, em abóbada.

No entanto é aqui que parece estabelecer-se a maior questão já que a data que o templo ostenta (1676) parece confirmar a data da sua construção.

Sabemos, porém, que isso não confere automaticamente a datação do edifício já que era usual nessa época (ainda hoje sucede, por vezes) que os edifícios restaurados, reconstruídos ou de alguma forma transformados passassem a ostentar a datação dessas obras. Assim, estamos em crer que o que se passa aqui é uma adaptação de uma estrutura pré-existente, de época bastante anterior e que, aparentemente, não tinha até então função religiosa, uma vez que até agora não descobrimos elementos que o refiram. Salvaguardamos, no entanto, sempre, a possibilidade de que possam aparecer documentos (ou mesmo estudos arqueológicos) que possam demonstrar o contrário.

Independentemente disto, o que sucede é que uma análise cuidada à construção permite facilmente perceber que se trata, na realidade, de dois edifícios e que é a casa que se adapta àquele que é neste momento a capela e não o contrário, inclusive, da última vez que visitamos este singelo edifício foi-nos possível olhar para o belíssimo espaço interior do templo estabelecendo algumas conclusões, nomeadamente:

1. Foi feita uma abertura ao nível do rés-do-chão que faz a ligação entre os dois edifícios, precisamente no sítio onde deveria estar o altar (em frente à entrada) ou seja se tudo tivesse sido construído na mesma altura não haveria a necessidade de fazer esta ligação (embora possamos admitir este aspecto como não taxativo desta asserção)
2. O edifício detém de facto e como pudémos observar, planta redonda, sendo que esta forma surge muito raramente na arquitectura religiosa portuguesa e em época bastante anterior à data referida na inscrição da fachada – 1676, sendo mais comum na arquitectura quinhentista, embora com expressão rara em Portugal.
3. A configuração e aparelhamento das paredes permitem perceber que há uma descontinuidade nos elementos construtivos, nomeadamente nas paredes de alvenaria de granito ortogonais da parte habitacional com as do edifício religioso. Este aspecto poderá ser melhor analisado se for retirado o reboco no local onde confinam as alvenarias de ambos os edifícios e poderá também, eventualmente, revelar elementos capazes de permitir datar e perceber melhor esta edificação.
4. A construção tem pé-direito duplo, sendo que a abóbada é verdadeira o que evidencia o seu carácter de edifício individual, de planta redonda, não se tratando de modo algum de uma capela “semi-circular”, como já nos foi dado ler (Sequeira, 2011).
5. Também o campanário não se integra na estrutura em questão, aparentando fabrico posterior. A sua configuração constitui nitidamente um elemento “a mais”, completamente desenquadrado no conjunto. Apesar de

tudo é o único elemento que sugere que o edifício possa ter função religiosa.

Assim, por tudo isto, estamos em crer que se trata, de facto, não de um, mas de dois edifícios distintos, aparentando ser a parte habitacional que surge posteriormente e que se lhe adapta, sendo que em se tratando de uma construção de planta redonda e portanto simétrica será, em termos arquitectónicos, a configuração em simetria não só a mais imediata, como a que mais facilmente permite a integração e também, indubitavelmente, a que melhor permite a adaptação.

3. CAPELA OU MORÁBITO?

Uma asserção exposta num artigo relativamente recente publicado no Jornal de Notícias (Branco e Cardoso, 2011), e ampliada posteriormente no Jornal de Resende (Sequeira, 2011), refere que se trata de uma “capela feita à romana”, dando voz a uma pouco credível e completamente infundada definição constante do “Nobiliário de Famílias de Portugal”, da autoria de Felgueiras Gayo, que diz o seguinte:

“António Pereira Pinto, Capitão da Fortaleza de Amboíno no Estado da Índia, Instituidor do Morgado do Espírito Santo com capela feita à romana, que se vê junto do lugar de Miomães, concelho de Aregos, em que se vêem as Armas dos Pintos” (Gayo, s.d.).

Claro que esta definição não tem qualquer base onde se possa sustentar, não havendo em Portugal qualquer exemplo conhecido de “capela feita à romana” nem tão pouco o caso presente o possa sequer sugerir. Na realidade os únicos edifícios deste tipo existentes em Portugal e que podem eventualmente sugerir uma construção “à romana” são os oratórios muçulmanos, as designadas “cubas” e “morábitos” existentes sobretudo no sul do país e que referimos inicialmente.

De facto, e tal como havíamos já mencionado, a concepção deste singular edifício aproxima-se muito mais de estruturas existentes mais a sul como, por exemplo, os morábitos que originaram a igreja de Santana em Peniche e as capelas de Galveias e Brotas, no Alentejo.



Fig. 5. Capela de S. Pedro, em Galveias, Ponte de Sor, destacando-se na parte posterior a cuba, ou morábito, que lhe deu origem

Fonte: Autor

4. A PRESENÇA ÁRABE/ISLÂMICA NA REGIÃO DE LAMEGO

De facto sabe-se hoje que a presença árabe/muçulmana teve bastante repercussão em toda a região de Lamego, cidade esta que foi um também um importante centro moçárabe, tendo inclusive mantido presença de bispo durante o domínio muçulmano. O rio Douro foi durante cerca de quatro séculos o território de fronteira entre os reinos cristãos, a norte e os muçulmanos, a sul. Ao longo de toda esta linha existiam postos de vigia (atalaias), pequenas fortificações (ribat's e arrábidas), que aproveitavam a melhor orografia e elementos de fortificações anteriores (castros romanizados), documentados em escavações arqueológicas como no Castro da Mogueira em S. Martinho de Mouros e provavelmente em locais como o Penedo de S. João [Resende]; a Lapa da Chã [Cinfães] e sugeridos pela toponímia por nomes como Arribada em Boassas e Arrábida em Vila Nova de Gaia.

Na vizinha freguesia de S. Martinho de Mouros, a presença muçulmana está presente na evidente toponímia como, sobretudo, na menção que as suas cartas de foral fazem aos "mouros" que aí viviam.

Embora com a evidente importância relativa, também não deixa porém de ser sintomática, nomeadamente quanto à influência que estes tiveram na região, a profusão dos mais variados topónimos referentes aos "mouros", espalhados um pouco por toda a serra de Montemouro, como por



Fig. 6. Aspecto da Casa e Capela do Espírito Santo de Miomães

Fonte: Autor

exemplo: "Casa da Moura"; "Mourelas"; "Lapa da Moura"; "Moura"; "Mourosas"; "Penedo da Moura"; "Pedra da Moura"; "Buraco dos Mouros"; "Mina dos Mouros"; "Pego do Moura"; "Cova da Moura"; "Mourão"; "Mourilhe" e, claro, "S. Martinho de Mouros", entre outros.

Mais importantes indícios toponímicos são porém os nomes de origem árabe de alguns locais e povoações da região montemurana, como por exemplo: Almozerna; Saímes; Boassas; Cubo; Arribada; Barbeita; Couce; Marvão; Córdova; Alçaçovel; Algereu; Almofala; Alqueive; Arrifana; Arritana; Cárquere; Faifa; Fazamões; Feirão; Fumos; Garrafôla; Irão; Mafamudes; Mamouros; Mansores; Marame; Massôra; Maurel; Meridãos; Mesquitela; Moção; Morões; Molães; Riba-Lapa; Ribas; Sadi-nhas; Safões e Zambujeiro (Pinto, 2005, pp.87-104).

Hoje os próprios linguistas parecem estar de acordo em que o próprio topónimo Miomães se deve a origem árabe, tratam-

do-se de um antropónimo de *Maymun*, como refere Almeida Fernandes (1999, pp.419–420), corroborando a opinião de Cunha Serra na sua “Contribuição Topoantroponímica”.

A complementar estes indícios toponímicos, de importância relativa, como dissemos, outros há no entanto bem mais significativos e esclarecedores, como por exemplo alguns dos mais antigos documentos da nacionalidade, os quais referem o território montemurense e têm uma particularidade muito interessante, pois que alguns dos nomes referidos nesses documentos são muçulmanos ou derivados do árabe, o que leva a tomar como evidente o povoamento da região por muçulmanos e moçárabes.

Um documento datado de 15 de Abril de 1107 menciona a transferência de uma herdade de Covelo (Cinfães) para o mosteiro de Alpendurada, por um sujeito de nome Zalama (Azevedo, s.d., p.214). Um outro, datado de 30 de Junho de 1108, refere como testemunha um Martinus Cidiz (Azevedo, s.d., p.261). Ainda um outro documento datado de 28 de Dezembro de 1113 menciona os nomes de Teton e Afonso Sarrazenis; Cidi Gondesendiz e Cidi Salamiriz. (Azevedo, s.d., p.396).

De notar que Cid é o prenome árabe para “senhor”.

Em toda a região vestígios muito significativos podem ser encontrados também ao nível da arquitectura e da arqueologia, nomeadamente: Igreja de S. Martinho de Mouros; Ermida do Paiva; Igreja e mosteiro de Cárquere; Igreja de Tarouquela; Igreja de S. Cristóvão de Nogueira; Igreja da Ermida [Oliveira do Douro]; Castro do Morro da Mogueira; Castro das Portas de Montemuro; Casa do Cubo em Boassas; túmulo moçárabe da Igreja de Cinfães; Azulejos mudéjares da Igreja de Escamarão; Torre da Lagariça; Torre de Chã; os lagares mouros, etc., etc. (Pinto, 2005, pp.55–76)

Muitos outros vestígios podem ser encontrados também ao nível da cultura, dos usos, costumes e tradições, donde o mais importante será, seguramente, a “canção marroquina” do cancionero de Cinfães, descoberta pelo maestro Vergílio Pereira em meados do século passado, sendo a única que se conhecia, até então, em Portugal, composta em ritmo octonário, o qual se julgava exclusivo da música marroquina (Pinto, 2005, pp.77–86).

Facto assaz curioso e pertinente para o assunto em questão, é também este descrito por Correia Duarte (s.d., p.254) que não só relata a presença muçulmana na região como relaciona directamente as famílias nobres da região com a nobreza árabe. Diz assim:

“Nos princípios do século XI, já morto o terrível Almançor, conseguiram as tropas Cristãs reconquistar definitivamente aos Mouros as terras das margens do Douro, desde a Foz até Aregos e Resende, na margem esquerda. Foram os Gascos da linhagem de Ribadouro e antepassados de Egas Moniz, não sendo de excluir também a presença e a acção do rei Ramiro II de Leão entre nós. Não esquecer o facto importante da chegada de muitos familiares e serviçais da família de Egas Moniz, vindos de Córdova. Uma parte da sua família descendia dos Califas árabes desta cidade. Já convertidos ao Cristianismo, misturaram-se normalmente com os nativos locais.”

Não admira assim, perante todas estas circunstâncias, que as armas dos Pintos sejam cinco luas em crescente e que o antigo “Monte Gerôncio” do tempo dos romanos tenha passado a partir de então a designar-se Monte Mouro (Pinto, 2014).

5. CONCLUSÃO

Assim, concluímos que a belíssima Capela do Espírito Santo, mesmo que possa não ser da época do domínio árabe/muçulmano (o que só apuradas investigações e estudos arqueológicos poderão definitivamente provar) é indubitavelmente mais antiga do que o edifício em que se encontra integrada e constitui vestígio importante da herança da cultura árabe/islâmica por terras durienses, o que quanto a nós apenas lhe aumenta o interesse, tratando-se assim também, indubitavelmente, de um vestígio muito raro, para não dizer único a este nível na região o que, por isso mesmo, torna ainda mais imperiosa a sua salvaguarda e valorização.

Chamamos a atenção para a necessidade de uma intervenção a breve trecho, pois que todo este património se poderá perder pela acção do tempo, da intempérie e da incuria humana (a envolvente tem-se degradado seriamente por obras sem qualquer critério ou sensibilidade). Chamamos

ainda a atenção para a necessidade de recuperar os frescos que o templo detém no interior e que pudemos perceber nos sítios onde a cal se vai esbatendo.

Esperemos que a sensibilidade já demonstrada noutros casos para com o património resendense tenha também aqui repercussão, já que toda a história e cultura da região e mesmo nacional muito terão a ganhar, e que o conjunto seja rapidamente classificado, pelo menos com a figura de Património Municipal ou até de Interesse Público, tornando assim possível a preservação e apreciação plena de tão importante e singelo monumento.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, R. P. de [prefácio e organização] (1940).

Documentos Medievais Portugueses. Lisboa, Academia Portuguesa de História.

Branco, L. A. e Cardoso, P. (2011). Capela feita à romana. In: *Jornal de Notícias* (2 de Setembro).

Campos, J. A. C. de (1965). *Arqueologia árabe em Portugal*. Lisboa, ed. do autor.

Campos, J. A. C. de (1970). *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*. Lisboa, ed. do autor.

Costa, M. G. da (1984). *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV. Lamego.

Duarte, J. C. [s.d]. *Resende e a sua História*, vol. 2. s.l., s.e.

Fernandes, A. A. (1999). *Toponímia Portuguesa*. Arouca, Associação Para a Defesa da Cultura Arouquesa.

Picard, C. (2001). Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions. In: *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

Pinto, M. C. (2005). *O Douro no Garb al-Ándalus. A região de Lamego durante a presença árabe*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho.

Pinto, M. C. (2014). Montemuro ou Monte Mouro? In: *Jornal Miradouro* (17 de Janeiro).

Sequeira, P. (2011). Casa e Capela do Espírito Santo: um tesouro da época das Descobertas/Capela feita à romana. In: *Jornal de Resende* (Setembro).

Serra, P. C. [s.d.]. *Contribuição Topo-Antroponímica Para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.

Torres, C. e Macias, S. (1998). *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa, Fundação Círculo de Leitores.

NOTAS

1. Ver Campos, J. A. C. de (1970). *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*. Lisboa, ed. do autor, pp.85–115.